



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 745/11

Dispõe sobre a oferta de "couvert" por restaurantes, lanchonetes, bares e demais estabelecimentos de gênero similar no Estado do Paraná.

Art. 1º Os restaurantes, lanchonetes, bares e demais estabelecimentos de gênero similar que adotam o sistema de "couvert" disponibilizarão ao consumidor a descrição clara do preço e da composição do serviço.

Parágrafo único Para os fins desta Lei entende-se como "couvert" o serviço caracterizado pelo fornecimento de aperitivos sólidos e líquidos, assim definidos pelo estabelecimento, servidos antes do início da refeição propriamente dita.

Art. 2º Fica vedado aos estabelecimentos descritos no art. 1º o fornecimento do serviço de "couvert" ao consumidor sem solicitação prévia, salvo se oferecido gratuitamente.

Parágrafo único O serviço prestado em desconformidade com o previsto no "caput" não gerará qualquer obrigação ao pagamento.

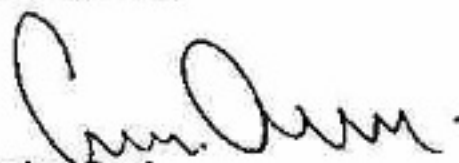
Art. 3º A infração das disposições desta Lei acarretará ao responsável infrator as sanções previstas no art. 56 da Lei federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, aplicáveis na forma de seus arts. 57 a 60.

Art. 4º Ulterior disposição regulamentar desta Lei definirá os detalhes técnicos de sua execução.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de sua publicação.

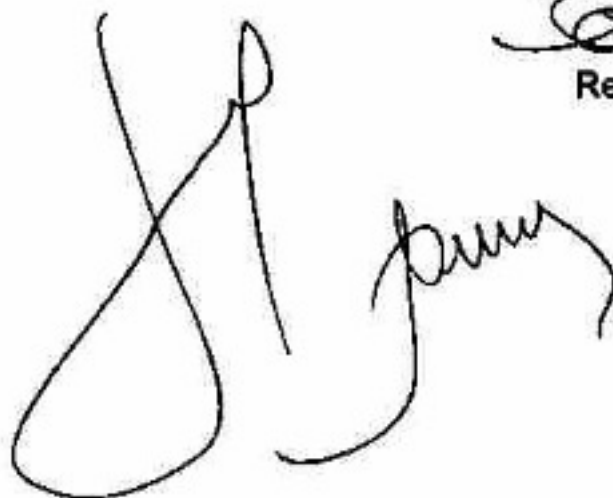
Sala das Comissões, 13 de agosto de 2012.



Alexandre Curi
Presidente



Relator





ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

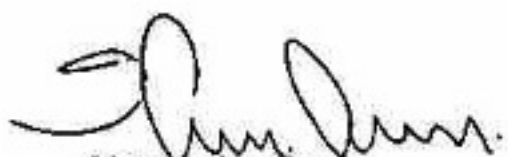
Redação Final ao Projeto de Lei nº 022/12



Declara de Utilidade Pública a Associação dos Avicultores do Noroeste do Paraná - AVINOPAR, com sede e foro no Município de Mandaguaçu.

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Avicultores do Noroeste do Paraná - AVINOPAR, com sede e foro no Município de Mandaguaçu.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 13 de agosto de 2012.


Alexandre Curi
Presidente



Relator



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Resolução nº 023/11

**Dispõe sobre o Conselho Parlamentar
pela Cultura da Paz do Estado do Paraná.**

Art. 1º Fica criado o Conselho Parlamentar pela Cultura da Paz, de natureza inclusiva, permanente e deliberativa, com sede na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, com os seguintes objetivos:

- I - Respeitar a vida e a diversidade;**
- II - Estímulo ao diálogo, ao entendimento, ao respeito às diferenças;**
- III - Promover a cultura da paz;**
- IV - Preservar o planeta;**
- V - Redescobrir a solidariedade entre os povos;**
- VI - Buscar o equilíbrio entre a relação de gênero e etnias;**
- VII - Fortalecer a democracia;**
- VIII - Respeito aos direitos humanos;**
- IX - Promoção da não violência, tolerância e solidariedade.**

Art. 2º Compete ao Conselho a formulação, coordenação, supervisão e avaliação da política parlamentar voltada a ações pela cultura da paz, mediante as seguintes atribuições:

I - Indicar e sugerir a promoção de atividades que visem às manifestações comunitárias e parlamentares pela paz, bem como medidas efetivas na busca desse mesmo objetivo nos cenários socioeconômico, político, filosófico, religioso e cultural;

II - Sugerir ações governamentais;

III - Assessorar o Poder Legislativo, emitindo pareceres e acompanhamento à elaboração e execução de ações parlamentares em questões relativas às manifestações da comunidade pela cultura da paz;

IV - Desenvolver estudos, debates e pesquisas relativos à persecução de ideais comprometidos com a cultura da paz no Estado e ao cumprimento do disposto nos tratamentos internacionais;

V - Desenvolver projetos que promovam a participação de toda a sociedade em favor das ideias de que trata essa resolução;

VI - apoiar realizações mencionadas no "caput" e no inciso V, bem como promover entendimentos e intercâmbios com organizações e movimentos sociais, nacionais e internacionais, pelos mesmos ideais.

Art. 3º Fica instituída a Semana da Cultura da Paz a realizar-se no mês de setembro de cada ano.

Parágrafo único. A programação de eventos relacionada à Semana da Cultura da Paz deverá anteceder ao dia 21 de setembro.

Art. 4º Fica criado o Prêmio da Cultura da Paz, cujo nome será "Paraná Eu Tenho Paz", a ser entregue no dia 21 de setembro, com a finalidade de fornecer os objetivos citados no art. 1º, motivando a formação de consciência em favor da cultura da paz e contribuindo com o estabelecimento de um paradigma de um novo modelo de desenvolvimento, sendo entregue a uma personalidade e a uma instituição que tenham de alguma forma contribuído com a "cultura da paz".

Art. 5º O Conselho Ampliado será composto de número variado de membros e respectivos substitutos, escolhidos entre os representantes das organizações e

movimentos sociais comprometidos com a cultura da paz, do Poder Executivo e do Poder Legislativo, nomeados pelo Presidente da Assembleia Legislativa, na seguinte proporção:

I – um representante de cada partido político com assento na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná;

II – 16 (dezesseis) representantes de organizações e movimentos sociais, sendo: 9 (nove) representantes de organizações religiosas e espirituais; 1 (um) representante de Entidades Sindicais Patronais; 1 (um) representante de Entidades Sindicais de Trabalhadores; 1 (um) representante da União Paranaense dos Estudantes; 4 (quatro) representantes de movimentos sociais, devendo, obrigatoriamente, dentre eles constar 1 (um) representante do Movimento LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis; 2 (dois) representantes das populações tradicionais, devendo uma dessas vagas ser ocupada por 1 (um) representante dos povos indígenas; 1 (um) representante da população de rua;

III – 9 (nove) representantes dos Conselhos Estaduais, sendo: 1 (um) de Educação; 1 (um) de Assistência Social; 1 (um) de Direitos Humanos; 1 (um) do Idoso; 1 (um) de Esporte e Lazer; 1 (um) de Segurança Pública; 1 (um) da Criança e do Adolescente; 1 (um) de Cultura;

IV – 9 (nove) representantes do Poder Executivo, devendo haver representação das seguintes Secretarias Estaduais: 1 (um) da Cultura; 1 (um) da Educação; 1 (um) da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos; 1 (um) da Ciência, tecnologia e Ensino Superior; 1 (um) da Segurança Pública; 1 (um) do Meio Ambiente e Recursos Hídricos; 1 (um) da Saúde; 1 (um) da Família e Desenvolvimento Social; 1 (um) do Trabalho, Emprego e Economia Solidária.

§ 1º A nomeação dos Conselheiros recairá sobre pessoas indicadas por suas respectivas organizações e movimentos sociais comprometidos com a cultura da paz devidamente credenciados junto à Mesa da Assembleia Legislativa.

Art. 6º O conselho Parlamentar pela Cultura da Paz do Estado do Paraná será gerido por uma Coordenação executiva, composta por 7 (sete) integrantes eleitos pelos membros que compõem sua versão ampliada.

Parágrafo único. A Secretaria do conselho Parlamentar pela Cultura da Paz do Estado do Paraná ficará sempre a cargo do Presidente da Comissão permanente de Cultura da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Art. 7º O mandato dos membros do Conselho, especificados nos arts. 5º e 6º, será de 2 (dois) anos, permitida a recondução consecutiva, nos termos do Regimento Interno.

Art. 8º Ressalvada a cessão do espaço necessário para reuniões e fornecimento de estrutura de apoio para a realização de eventos de interesse do Conselho Parlamentar pela Cultura da Paz, a atuação do Conselho não implicará em nenhum custo adicional para a Assembleia Legislativa, não sendo possível o estabelecimento de qualquer espécie de remuneração aos seus membros, bem como o Conselho não distribuirá lucros, bonificações e vantagens a dirigentes, conselheiros ou mantenedores, sob nenhum pretexto.

Art. 9º O Conselho Parlamentar pela Cultura da Paz, ConPaz/PR, apresentará, para referendo da Mesa Executiva da Assembleia Legislativa, Regimento Interno no prazo de 180 dias, contados de sua instalação, dispondo sobre suas competências, organização e funcionamento.

Art. 10º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 13 de agosto de 2012.



Alexandre Curl
Presidente



Relator





Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

STEPHANES JUNIOR
Deputado Estadual



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 07 FEV. 2012

1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 012/12

SÚMULA: Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Cultural Abatiense, com sede em Abatiá - PR.

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública Estadual a Associação Cultural Abatiense, com sede e foro no Município de Abatiá no Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões em 7 de fevereiro de 2012.

STEPHANES JUNIOR
Deputado Estadual



JUSTIFICATIVA

Associação Cultural Abatiense, constitui-se em organização da sociedade civil de interesse público, pessoa jurídica de direito privado, de natureza associativa, beneficente e sem fins econômicos, tem os seguintes objetivos institucionais:

- **Associação Cultural Abatiense** tem como objetivos sociais, a finalidade específica de executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, e o atendimento bem como beneficiar a comunidade da Região:
- Dar oportunidade à difusão de ideias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da Comunidade.
- Oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer a cultura e o convívio social.
- Prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário
- Contribuir para o aperfeiçoamento profissional na área de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente,
- Permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível.
- Potencializar as finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade

Isto posto, solicito aos nobres Pares deste Legislativo o relevante apoio à Matéria aqui elencada.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 012/2012

Projeto de Lei nº. 012/2012

Autor: Deputado Estadual Stephanes Junior.

Súmula: *Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Cultural Abatiense, com sede em Abatiá-PR.*

EMENTA: *DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA - LEI Nº 16.888/2011 - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DA EMENDA MODIFICATIVA.*

PREÂMBULO

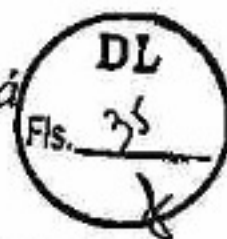
O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Stephanes Junior, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a *Associação Cultural Abatiense, com sede em Abatiá-PR, Estado do Paraná.*

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente,



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre;

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.
(grifo nosso).

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

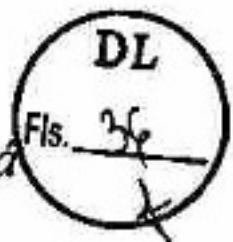
- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, e tem como finalidade a cultura, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:

Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



I - pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;

II - que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo de assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente ou de pesquisa;

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumpre ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

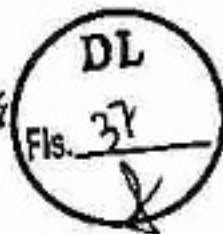
Contudo, o Município de Abatiá pertence a Comarca de Ribeirão do Pinhal, tomando-se necessária a Emenda Modificativa para correção do foro da Entidade.

Assim, sugere-se na **Emenda Modificativa** em anexo, com fulcro no artigo 137, §1º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, visando sanar estes vícios supracitados.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.



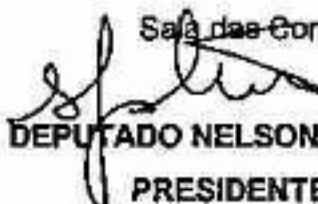
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

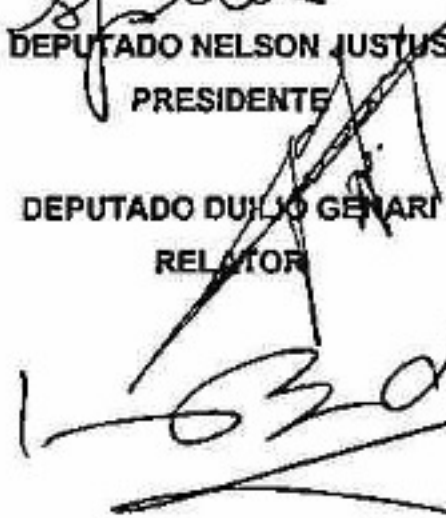


CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise, na forma da **EMENDA MODIFICATIVA**.

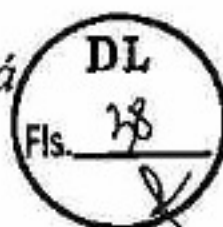
Sala das Comissões, em de de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO DUILIO GENARI
RELATOR



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



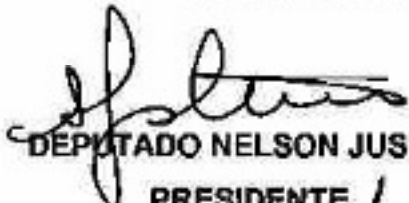
EMENDA MODIFICATIVA - PROJETO DE LEI N.º 012/12


Com fulcro no que autoriza o artigo 137, § 4º do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente Emenda Modificativa, para contar com a seguinte redação:



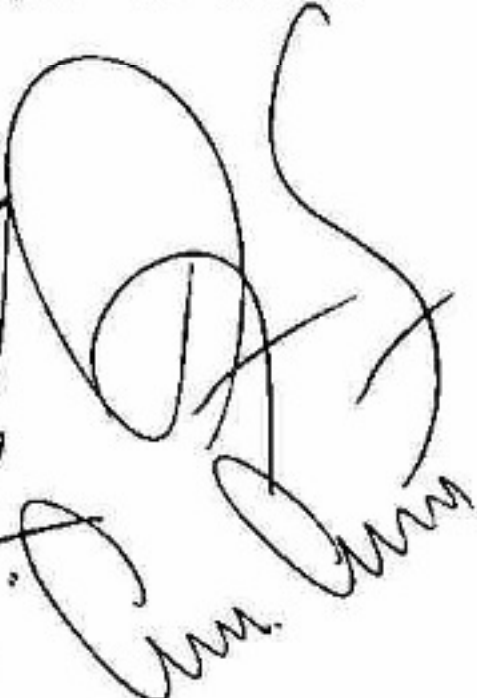
**Súmula: Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Cultural Abatiense, com sede no Município de Abatiá e foro no Município de Ribeirão do Pinhal - PR*.*

**Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública Estadual a Associação Cultural Abatiense, com sede no Município de Abatiá e foro no Município de Ribeirão do Pinhal, no Estado do Paraná*.*

Sala das Comissões, em de de 2012.

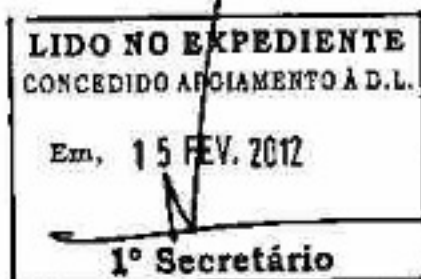

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO DÚLIO GENARI
RELATOR




Praça Nossa Senhora da Saúde s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal khury



PROJETO DE LEI Nº 024/12

Súmula: Declara de Utilidade Pública Estadual o "Instituto de Educação, Esporte, Arte e Cultura *Anísia Gomes*", com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Estadual o "Instituto de Educação, Esporte, Arte e Cultura *Anísia Gomes*", com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14 de fevereiro de 2012.


ALEXANDRE CURI
Deputado Estadual



JUSTIFICATIVA

A propositura em tela tem como objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual o *"Instituto de Educação, Esporte, Arte e Cultura Anísia Gomes"*, com sede e foro no Município de Curitiba, entidade sem fins lucrativos, tem por finalidade promover o desenvolvimento, difusão e fomento da área da cultura e de sua interface com outras áreas, tais como: educação, turismo, esporte, recreação, meio ambiente, patrimônio histórico, artístico e natural, e a ciência e tecnologia.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos Nobres Pares para a aprovação da proposição em tela.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 024/2012

DL
Fls. 54

Projeto de Lei nº. 024/2012

Autor: Deputado Estadual Alexandre Curi

Súmula: Declara de Utilidade Pública Estadual o "INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, ESPORTE, ARTE E CULTURA ANISIA GOMES", com sede e foro no Município de Curitiba.

**EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA
- LEI Nº 16.888/2011 - REQUISITOS
PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL**

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Alexandre Curi, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual o **INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, ESPORTE, ARTE E CULTURA ANISIA GOMES**, com sede e foro no Município de Curitiba, Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL

Fls. 55

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis,
(grifo nosso).

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênera.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, tendo como finalidade a cultura, educação e esporte, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:

Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I - pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

II - que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente ou de pesquisa;

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumprе ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer FAVORÁVEL à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em de de 2012.

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEPUTADO DUMMO GENARI
RELATOR

2332



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura



GABINETE PARLAMENTAR DO DEPUTADO PARANHOS

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.E.
Em, 13 MAR 2012
[Signature]
1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 088/12

Súmula: Concede o Título de Cidadã Benemérita do Estado do Paraná à Senhora STANISLAVA BOIARSKI BARTNIK.

Art. 1º. Fica concedido o Título de Cidadã Benemérita do Estado do Paraná à Senhora Stanislava Boiarski Bartnik.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em ____/____/____.

[Signature]
PARANHOS
DEPUTADO ESTADUAL

14/24 13/03/2012 08:13:22 GP 22/03/12 UTILIZANDO DE 13306

OBS: Justificativa em anexo.

Censura e Gabinete Proativo - UNELBO & Bona Parlamentares FOC/PS/PRB e PFL/PPS

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura



GABINETE PARLAMENTAR DO DEPUTADO PARANHOS

PROJETO DE LEI Nº

Súmula: Concede o Título de Cidadã Benemérita do Estado do Paraná à Senhora STANISLAVA BOIARSKI BARTNIK.

JUSTIFICATIVA

Muitas vezes, anônimos amassam o barro e constroem a história que fundamenta a realidade que hoje vivemos.

Temos a honra e o dever de apresentar a este Parlamento, proposta de concessão de Título de Cidadania Benemérita para uma senhora que marcou época, tida como uma lenda inesquecível, lembrada até os dias de hoje, como a história da "Professora STACHA" da Região do Município de Cascavel.

Uma história linda, que me enche de emoção poder contar, tomando-me o interlocutor da vontade de dezenas de milhares de pessoas que testemunharam um passado, almas que ainda se encontram dentre nós e tantas outras que já se somaram ao Plano de DONA STACHA, nossa querida homenageada.

Era uma vez, no 1º de setembro de 1922, nos rincões do Município de Irati, centro sul de nosso Estado do Paraná, Deus fez desembarcar nesta terra a quarta filha de um casal de poloneses chamados Ladislau Boiarski e Watislava Gadonski Boiarski.

Nascera então, para a glória da vida, a menina STANISLAVA BOIARSKI.

Imigrantes pioneiros trouxeram seus conhecimentos e força para o desenvolvimento de atividade agropecuária na região.

Depois de estabelecidos no Paraná, a família teve que voltar à Warszawa, capital da Polônia, conhecida em nossa língua portuguesa como Varsóvia, numa época turbulenta de eminente conflito de guerra mundial, em solidariedade a parentes.

Neste contexto, a criança STANISLAVA, então adolescente, recebeu a sua primeira formação educacional no leste europeu.

Passados alguns anos, a família Bolarski retornou ao Brasil envidando esforços para que os filhos prosseguissem os estudos, superando as dificuldades da diferença linguística.

Neste período, os pais deixaram as crianças com a tia em Guarapuava e como desbravadores, foram se estabelecer na região onde se encontra o Município de Cascavel.

Lá chegando o pai de STANISLAVA, eminente carpinteiro, ajudou a construir a primeira casa de Cascavel, do fundador Jeca Silvério, primeiro morador efetivo da história do Município.

STANISLAVA e sua irmã Genoveva, foram matriculadas no Colégio Nossa Senhora de Belém, em Guarapuava, um educandário mantido por freiras alemãs, em regime fechado.

Fato curioso é que a viagem Guarapuava/Cascavel levava 14 dias em carroça para ir, e o mesmo tanto para voltar, mas mesmo assim o pai de Stacha e Genoveva fazia o sacrifício de ir vir.

Frequentemente as filhas visitavam também os pais para matar as saudades, enfrentando muitas horas da viagem que boa parte era feita à pé, acompanhando a carroça, pois ficavam cansadas dos sacolejos da carroça, preferindo então caminhar.

Em Guarapuava, STANISLAVA completou o curso de professora normalista, do qual guardou suas melhores recordações.

Sua irmã Genoveva graduou-se antes, indo antecipadamente para lecionar em Cascavel, sendo a Professora Pioneira de Cascavel, localidade que pertencia ao Município de Foz do Iguaçu.

Com 18 anos, após conclusão dos estudos em 1938, STANISLAVA foi morar com os pais passando a lecionar em Cascavel, no então distrito de Foz do Iguaçu, substituindo sua irmã Genoveva, que havia casado com um militar da aeronáutica, indo morar em Recife/Pernambuco.

STANISLAVA ficou sozinha na região dando aulas e recepcionando toda a demanda por ensino básico da região, lecionando de forma improvisada na Capelinha Religiosa existente no Distrito, até que fosse construída a primeira Escola, o Grupo Escolar Eleodoro Ébano Pereira. Foi instalada então a primeira escola isolada da sede do Município.

Devemos retroceder com nossa imaginação, visualizando as enormes dificuldades da época. Era 1940, e a responsabilidade de instalar uma Escola no interior, sem a menor condição de transporte e comunicação, era enorme, sendo que devemos reconhecer também, de que se tratou de uma tarefa muito difícil e exaustiva.

Mas com determinação a Professora STACHA, como foi carinhosamente chamada pelos alunos e pela comunidade, conseguiu com muito brilhantismo cravar as estacas da educação, disseminando ensino a dezenas de milhares de pessoas, permanecendo ali até a sua aposentadoria.

A Professora STACHA é um patrimônio do Município de Cascavel e do Estado do Paraná, memória que traz orgulho não só aos cascavelenses, mas também a dezenas de milhares que receberam graduação, mesmo morando em regiões circundantes.

Foram bem mais de trinta anos de dedicação, que possibilitou a graduação dos mais diversos profissionais de todas as áreas. São médicos, professores, empresários, grandes juristas, políticos, dentre outros, que por meio da ação semeadora da Professora STACHA, puderam obter a boa base para sua formação profissional, em benefício do povo de Cascavel e, por conseguinte, de todo o Estado do Paraná, pois foi com o suor de STANISLAVA, que se possibilitou desenvolvimento a toda a uma região do Paraná, fazendo jus então ao Título de Cidadã Benemerita que ora propomos.

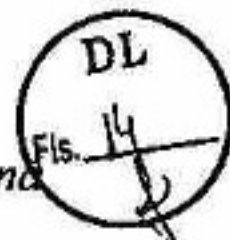
A Professora STACHA, foi casada com Francisco Bartnik, também pioneiro no ramo madeireiro de Cascavel, tendo cinco filhos: Dirceu, Elza, Beatriz, Francisco Filho e Dinéia os quais geraram 10 netos: Lelia, Jefferson, Morgana, Cláudia (in memoriam), Andrea, Leonardo, Jofre, Jackson, Lucas, Laura e Rafael, e destes, tiveram ainda 5 bisnetos: Brenda, Vinícios, Victor, Artur e Pedro Levi.

Por fim, a Professora STACHA, deixou um legado incomensurável, de cristã fervorosa conhecida pela participação em diversas atividades da Igreja, como catequista e no Apostolado da Oração, exemplo de mãe, avó e bisavó, e precursora da ação educacional de toda uma Região do Paraná, fundamentos que consubstanciam nossa Proposição Legislativa, pela qual conclamamos todos os nobres pares deste Parlamento a prestarem a devida homenagem, a esta, que tanto orgulho deu ao Povo do Paraná.

PARANHOS
DEPUTADO ESTADUAL



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 088/2012

Projeto de Lei nº 088/2012

Autor: Deputado Estadual Leonaldo Paranhos

Súmula: CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃ BENEMÉRITA DO ESTADO DO PARANÁ A SENHORA STANISLAVA BOIARSKI BARTNIK.

EMENTA. TÍTULO DE CIDADÃ BENEMÉRITA. LEI 13.115/01 ALTERADA PELAS LEIS 14.667/05 E 16.213/09. POSSIBILIDADE FACE AO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS EXIGIDOS. CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Estadual Leonaldo Paranhos, tem por objetivo conceder o Título de Cidadã Benemérita do Estado do Paraná A **SENHORA STANISLAVA BOIARSKI BARTNIK**.

FUNDAMENTAÇÃO

Dispõe a Lei 13.115 de 14/02/2001 alterada pelas Leis de nº 14.677 de 06/04/2005 e 16.213 de 17 de agosto de 2009:

Art. 1º. O título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito será concedido à pessoa com reputação ilibada e conduta pessoal e profissional irrepreensíveis que tenha prestado relevantes serviços de abrangência estadual e de contribuição significativa



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



para todo Estado do Paraná e que satisfaça ao menos 4 (quatro) das seguintes condições:

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

I - contribuição ao desenvolvimento das ciências, letras, artes ou da cultura em geral;

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

II - ação destacada na área de filantropia ou em favor de obras sociais;

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

III - biografia com registro de postura ética e respeitosa na defesa dos postulados democráticos, das instituições nacional e da cidadania;

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

IV - notório conhecimento e saber na área de atuação;

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

V - publicações de abrangência estadual em periódicos, jornais, revistas ou outros meios de comunicação.

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

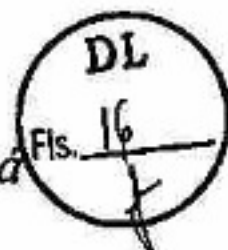
Parágrafo único. No momento da propositura devem ser anexadas certidões negativas e criminais, com a finalidade de comprovar sua reputação pública, conduta profissional e pessoal irrepreensíveis do homenageado e demais documentos para atendimento ao disposto no caput deste artigo.
Incluído pela Lei 16213 de 17/08/2009)

Diante da previsão legal, verifica-se que cabe exclusivamente aos partidos políticos com assento da Assembléia Legislativa apresentar projetos de lei concedendo título de cidadão benemérito, de forma que a parlamentar subscritora possui legitimidade para propor o presente Projeto.

No mesmo sentido, diante da informação da liderança através do ofício em anexo, o partido ainda possui quotas para concessão do referido título de cidadão benemérito.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



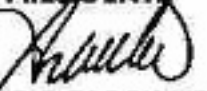
No que tange aos requisitos exigidos pela Lei, estes restam preenchidos, não encontrando óbices para normal tramitação do presente projeto de lei.

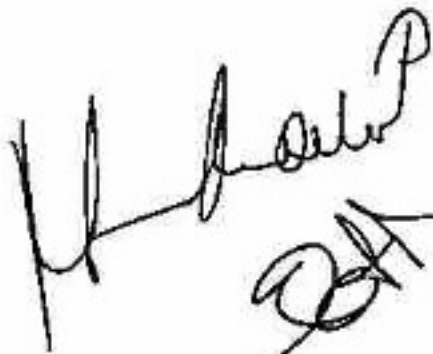
CONCLUSÃO

Diante do exposto, tendo em vista o preenchimento dos requisitos exigidos, **opina-se pela APROVAÇÃO** do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 22 de maio de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO TADEU VENERI
RELATOR











Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 23 ABR 2012

1º Secretário

Projeto de Lei nº 179/2012

Súmula: Denomina Rodovia Dr. Everaldo Pacheco Lustosa o trecho da PR - 459 situado no Município de Clevelândia.

Art. 1º. Fica denominada Rodovia Dr. Everaldo Pacheco Lustosa o trecho da PR - 459 inserido no Município de Clevelândia.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 23 de abril de 2012.

PLAUTO MIRÓ
Deputado Estadual

15-48 23/04/2012 08:23:78 DT RECEBIDA 11:15:11 DT DE 15:48



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



JUSTIFICATIVA:

Everaldo Pacheco Lustosa, primogênito de Flora Pacheco Lustosa e Oriovaldo Lustosa, ambos de tradicionais famílias clevelandenses, nasceu no Município de Clevelândia, na Fazenda Santa Cruz, de propriedade de José Ferreira Pacheco, seu avô materno, aos 16 dias do mês de março de 1939.

Deixou referido Município tão somente para concluir os estudos e se graduar em Direito, tendo retornado como Advogado em 1966, ocasião em que não mais deixou Clevelândia.

Em rápida passagem pelas urnas, o povo clevelandense sempre demonstrou por ele grande carinho e respeito, tendo sido o candidato que recebeu mais votos para a Prefeitura Municipal nas eleições de 1972, ocasião na qual não foi eleito por conta da lei eleitoral que valorizava mais o partido que o candidato, sendo que havia apenas somente dois partidos: ARENA e MDB.

Ele concorreu pela ARENA, que lançou apenas dois candidatos enquanto o MDB lançou três candidatos. Assim, embora tenha sido o candidato mais votado, não foi eleito porque a soma dos votos dos candidatos do MDB superou a soma dos da ARENA.

Ainda como candidato, nas eleições de 15 de novembro de 1982, concorreu ao cargo de Deputado Estadual, pelo PMDB, e, novamente, foi o candidato mais votado em nosso Município, tendo totalizado 17.116 votos no Estado e obtido a suplência Deputado, quando faltou cerca de aproximadamente 1.000 (mil) votos para se eleger.

Nesta ocasião, deixou a política e as urnas, mas não abandonou o povo e, como advogado, além das atuações como advogado contratado, sempre esteve à disposição da população mais simples e humilde do Município, atuando por vezes gratuitamente para os muitos amigos, bem como aceitando as recorrentes nomeações pelos magistrados que por aqui passaram para atuar como defensor dativo.

Ademais, sempre ajudou a população mais humilde não com distribuição de somas em dinheiro, mas com ajuda e apoio moral e material como tratamentos médicos e odontológicos que se fizessem necessários.

Dedicou-se, nos últimos anos de sua vida, exclusivamente à atividade pecuária. Foi um preservador da natureza e das araucárias símbolo do nosso Estado, sendo, como gostava de se definir, um "ecologista intransigente".

Faleceu aos 24 de janeiro de 1999, acometido por câncer, deixando saudade.

Assim, justa homenagem a um cidadão que dedicou sua vida naquele Município do Sudoeste do nosso Estado.

LEGALIDADE:

No que tange à legalidade e constitucionalidade do presente Projeto de Lei, veja-se que está de acordo com a constitucionalidade e legalidade exigida, não ferindo a Constituição Estadual, nem a legislação vigente.

Não encontra óbice ainda por se verificar que o homenageado é pessoa já falecida e pelo fato de que a PR - 459, no trecho situado no Município de Clevelândia, ainda não detém nomeação, estando em conformidade ao previsto no art. 238 da Constituição Estadual.

Desta forma, pugna pela aprovação do presente projeto pelos nobres pares.

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

Luiz



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO 179/2012

Projeto de Lei nº 179/2012

Autor: Deputado Estadual Plauto Miró

Súmula: Denomina Rodovia Dr. Everaldo Pacheco Lustosa o trecho da PR-459 situado no Município de Clevelândia.

EMENTA: RETORNO DE DILIGÊNCIA. DENOMINAÇÃO DE RODOVIA. NECESSIDADE DE AVERIGUAÇÃO DA EXISTÊNCIA DE DENOMINAÇÃO PRÉ-EXISTENTE. PARECER DO DER INFORMANDO QUE O TRECHO A SER DENOMINADO NÃO POSSUI DENOMINAÇÃO PRÉ-EXISTENTE. CONSTITUCIONALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Estadual Plauto Miró, tem por objetivo denominar de Dr. Everaldo Pacheco Lustosa, a Rodovia PR-459 situada no Município de Clevelândia, tendo em vista sua importância no referido Município.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada, senão vejamos:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL
Fls. 20
[assinatura]

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

1 - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores, (grifo nosso).

O artigo 65 da CONSTITUIÇÃO DO ESTADO determina que qualquer membro da Assembléia Legislativa possui competência para propor projetos de Leis Ordinárias e Complementares, senão vejamos:

Art. 65. A iniciativa das Leis Complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Quanto à matéria do projeto ora em análise, estabelece, o artigo 238, da CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, que é vedada a alteração de nomes do patrimônio público estadual e municipal que contenha nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, senão vejamos:

Art. 238. É vedada a alteração de nomes dos próprios públicos estaduais e municipais que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, salvo para correção ou adequação aos termos da lei; é vedada também a inscrição de símbolos ou nomes de autoridades ou administradores em placas indicadoras de obras ou em veículo de propriedade ou a serviço da administração pública direta, indireta ou fundacional do Estado, a partir da promulgação dessa Constituição, inclusive a atribuição de nome de pessoa viva a bem público de qualquer natureza, pertencente ao Estado ou ao Município. (grifo nosso)

Além disso, a LEI ESTADUAL Nº. 8761/88 também veda, em seu artigo 1º, a alteração dos próprios públicos estaduais, senão vejamos:

Art. 1º. Fica vedada a alteração de nomes dos próprios públicos estaduais que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL
Fls. 21
[Handwritten signature]

geográficos, no Estado do Paraná, como forma de se preservar a memória tradicionalista da vida paranaense. (grifo nosso)

Diante da inexistência de denominação pré-existente, conforme Ofício da SECRETARIA ESTADUAL DE INFRA-ESTRUTURA E LOGÍSTICA E DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS E RODAGEM – DER, o presente projeto de lei não encontra óbices a sua normal tramitação nesta casa de leis.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice no na LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98, que dispõe sobre a técnica legislativa.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opta-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 22 de MAIO de 2012.

[Handwritten signature]
Deputado NELSON JUSTUS
Presidente

[Handwritten signature]
Deputado ELIO RUSCH
Relator

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
Praça Nossa Senhora da Salette s/nº Centro Cívico - Curitiba - Paraná



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 179/2012

Projeto de Lei nº 179/2012
Autor: Deputado Plauto Miró

Súmula: Denomina Dr. Everaldo Pacheco Lustosa o trecho da PR - 459 situado no município de Clevelândia.

I - PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei 179/12, de autoria do Deputado Plauto Miró, denomina Dr. Everaldo Pacheco Lustosa o trecho da PR - 459 situado no município de Clevelândia no Estado do Paraná.

II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no Projeto de Lei nº 179/2012, na qual passo a relatar:

No que tange ao mérito da matéria, resta evidente não existir qualquer impedimento para a tramitação da presente proposição em tela, já que o projeto objetiva prestar uma justa homenagem ao Dr. Everaldo Pacheco Lustosa, filho de uma família tradicional de Clevelândia, cidadão ilustre que prestou serviços relevantes a população desse município.

Cumpre a nós destacar que "Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos", nos termos do disposto no Art. 33, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.

III - CONCLUSÕES

Desta Forma, ao analisarmos o mérito da matéria em questão, destacamos a importância de tal denominação, prestando uma digna homenagem a um cidadão que em muito contribuiu com o crescimento e brilhantes idéias para o Paraná. O **Projeto de Lei nº 179/2012**, em análise desta Comissão, no que justifica-se, está adequado a norma legislativa bem como sem quaisquer impedimentos para seguir tramitação.

IV - VOTO DO RELATOR

Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à matéria, não vislumbra-se qualquer impedimento no que se refere aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, já que o projeto objetiva prestar uma homenagem digna a um cidadão que representou bravamente o município de Clevelândia, trecho compreendido pela rodovia a ser denominada. Restando desta forma, evidentes razões para aprovação desta proposição.

Desta forma opto pelo Parecer Favorável ao referido Projeto de Lei 179/12, em sua forma apresentada.

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

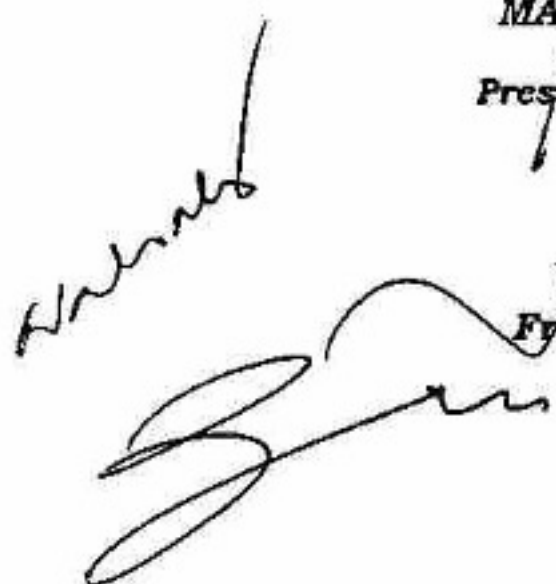
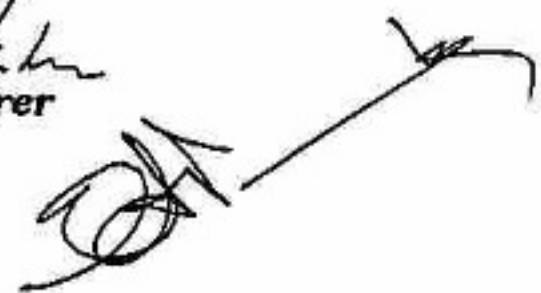
Sala das Comissões em 18 de junho de 2012.


MARCELO RANGEL

Presidente da Comissão


Francisco Buhrer

Relator

Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

DL
Fls. 02

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 13 AGO. 2012

maith
1º Secretário

PROJETO DE LEI 403 /2012.

Denomina Rodovia Prefeito João de Paula trecho da PR 485, entre os Municípios de Icaraima e Alto Paraíso.

Art. 1º - Fica denominada Rodovia Prefeito João de Paula trecho da PR 485, entre os Municípios de Icaraima e Alto Paraíso.

Art. 2º - Fica revogada a Lei 17.247 de 24 de julho de 2012.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 13 de agosto de 2012.

Nelson Garcia
NELSON GARCIA
DEPUTADO ESTADUAL



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

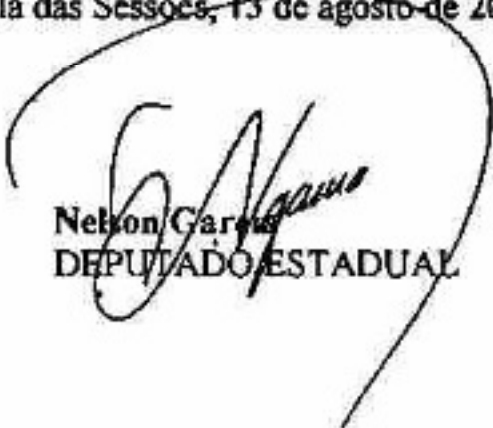
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

JUSTIFICATIVA

Trata-se de legislação destinada a conferir justa homenagem ao senhor João de Paula, que foi Prefeito de Icaraíma, cidade localizada no Noroeste do Paraná, em dois mandatos eletivos.

Cabe salientar que é essencial revogar a Lei 17.247/12, retirando do texto legal a extensão do trecho.

Sala das Sessões, 13 de agosto de 2012.


Nelson Carneiro
DEPUTADO ESTADUAL



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 403/2012

Projeto de Lei nº 403/2012
Autor: Deputado Nelson Garcia

Súmula: Denomina Trecho da Rodovia conforme específica (Denomina a PR 485 Rodovia Prefeito João de Paula).

EMENTA: DENOMINAÇÃO DE RODOVIA. NECESSIDADE DE AVERIGUAÇÃO DA EXISTÊNCIA DE DENOMINAÇÃO PRÉ-EXISTENTE. PARECER DO DER INFORMANDO QUE O TRECHO A SER DENOMINADO NÃO POSSUI DENOMINAÇÃO PRÉ-EXISTENTE. CONSTITUCIONALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Estadual Nelson Garcia, tem por objetivo denominar de Prefeito João de Paula, o Trecho da PR 485 compreendido entre os Municípios de Icaraima e Alto Paraiso, tendo como objetivo homenagear o Ex-Prefeito Municipal, tendo em vista sua liderança regional.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO**



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARANÁ, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

1 - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores. (grifo nosso).

O artigo 65 da CONSTITUIÇÃO DO ESTADO determina que qualquer membro da Assembléia Legislativa possui competência para propor projetos de Leis Ordinárias e Complementares, senão vejamos:

Art. 65. A iniciativa das Leis Complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Quanto à matéria do projeto ora em análise, estabelece, o artigo 238, da CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, que é vedada a alteração de nomes do patrimônio público estadual e municipal que contenha nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, senão vejamos:

Art. 238. É vedada a alteração de nomes dos próprios públicos estaduais e municipais que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, salvo para correção ou adequação aos termos da lei; é vedada também a inscrição de símbolos ou nomes de autoridades ou administradores em placas indicadoras de obras ou em veículo de propriedade ou a serviço da administração pública direta, indireta ou fundacional do Estado, a partir da promulgação dessa Constituição, inclusive a atribuição de nome de pessoa viva a bem público de qualquer natureza, pertencente ao Estado ou ao Município. (grifo nosso)



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Além disso, a LEI ESTADUAL Nº. 8761/88 também veda, em seu artigo 1º, a alteração dos próprios públicos estaduais, senão vejamos:

Art. 1º. Fica vedada a alteração do nomes dos próprios públicos estaduais que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, no Estado do Paraná, como forma de se preservar a memória tradicionalista da vida paranaense. (grifo nosso)

Diante da inexistência de denominação pré-existente, conforme Ofício da Secretaria Estadual de Infraestrutura e Logística e Departamento Nacional de Estradas e Rodagem – DER, o presente projeto de lei não encontra óbices a sua normal tramitação nesta casa de leis.

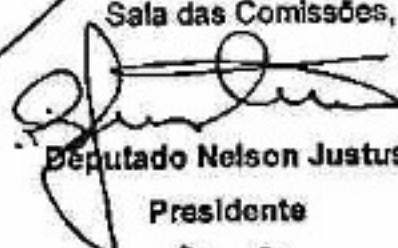
Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice no na LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98, que dispõe sobre a técnica legislativa.


CONCLUSÃO

Diante do exposto, em sede de análise prévia, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões,

14 de Agosto de 2012


Deputado Nelson Justus
Presidente


Deputado Ademir Tralano
Relator

APROVADO

11/08/2012

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná





ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 403/2012

Projeto de Lei nº 403/2012
Autor: Deputado Nelson Garcia

Súmula: Denomina Rodovia Prefeito João de Paula trecho da PR 485, entre os Municípios de Icaraíma e Alto Paraíso.

I - PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei 403/12, de autoria do Deputado Nelson Garcia denomina Rodovia Prefeito João de Paula trecho da PR 485, entre os municípios de Icaraíma e Alto Paraíso.

II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no **Projeto de Lei nº 403/2012**, na qual passo a relatar:

No que tange ao mérito da matéria, resta evidente não existir qualquer impedimento para a tramitação da presente proposição em tela, uma vez que o projeto visa denominar um trecho da PR 485, entre os municípios de Icaraíma e Alto Paraíso, denominando a mesma de Rodovia Prefeito João de Paula, um homem que prestou serviços relevantes à comunidade, sendo justa esta homenagem a um cidadão que dignificou a história do Paraná.

Cumprindo a nós destacar que *"Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos"*, nos termos do disposto no Art. 33, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.

III - CONCLUSÕES

Desta Forma, ao analisarmos o mérito da matéria em questão, destacamos a importância de tal denominação. O Projeto de Lei 403/2012 em análise desta Comissão, no que justifica-se, está adequado a norma legislativa bem como sem quaisquer impedimentos para sua tramitação.

IV - VOTO DO RELATOR

Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à matéria, não vislumbra-se impedimentos no que se refere aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, ficando evidente que tal proposta não encontra óbice para sua tramitação.


Desta forma opto pelo Parecer Favorável ao referido Projeto de Lei 403/12, em sua forma apresentada.

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

Sala das Comissões em 14 de Agosto de 2012.


MARCELO RANGEEL

Presidente da Comissão


Adelino Ribeiro

Relator